



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 17 DE JUNHO DE 2014

ATA N.º 3/2014

Aos dezassete dias do mês de junho, do ano de dois mil e catorze, pelas dezassete horas, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, na sede da Junta de Freguesia de Santa Cruz, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Eduíno Manuel da Ponte Rego; Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Paulo Nuno de Faria Reis, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro e José Fernando Medeiros Costa, que justificaram, atempadamente, as suas ausências.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal - Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, Marco Paulo da Silva Teixeira e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal começou aquela sessão, saudando todos os presentes, designadamente, os Senhores Deputados Municipais, Vereadores da Câmara Municipal e o público. Seguidamente, agradeceu à Junta de Freguesia de Santa Cruz, na pessoa da sua Presidente, Adriana Rebelo, o facto de ter aceitado o convite para a realização da sessão ordinária daquele órgão, no espaço concelhio da freguesia de Santa Cruz, iniciando-se, assim, uma política

de descentralização e de proximidade, tendo como objetivo o envolvimento das pessoas naquele nobre projeto de serviço público.

Acrescentou, ainda, que com a descentralização das reuniões da Assembleia pretendia-se não só promover uma maior cidadania das populações, mas também contribuir para um concelho mais solidário, mais democrático e mais desenvolvido, onde todos pudessem sentir-se bem.

Posteriormente, congratulou aquela Junta de Freguesia pelo excelente programa das festividades de Santo António, o que contribuiu para a promoção cultural do concelho e para a preservação das suas tradições. Referiu, ainda, que teve a oportunidade de assistir a algumas das iniciativas, destacando a homenagem ao antigo Presidente da Junta de Freguesia – António Augusto Borges, pelo excelente trabalho desenvolvido na sua carreira, enquanto autarca.

Por todas as razões apresentadas, felicitou a Junta de Freguesia pela forma como decorreram as festas de Santo António.

A Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata a todos os deputados municipais fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Posteriormente, foi votada a ata da segunda sessão ordinária, respeitante ao dia 30 de abril de 2014, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com a abstenção do Deputado Municipal César Augusto Medeiros Pacheco.

No momento seguinte, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida, no período de 1 de maio a 17 de junho de 2014, destacando a de maior relevância:

- 1- Ofício da ANMP relacionado com os 30 anos daquela Associação, comemorados no dia 20 de maio, em Coimbra e uma breve publicação, que identificava os principais marcos da vida daquela Associação, ao longo dos seus 30 anos de atividade;
- 2- Convocatória do Conselho de Ilha de São Miguel, que após algum interregno teve a sua primeira reunião no dia 19 de maio;
- 3- Agradecimento enviado por Maria de Fátima Sousa, filha do senhor Alfredo Furtado, a agradecer o voto de pesar aprovado por aquela Assembleia Municipal;
- 4- Convite para a sessão solene comemorativa do “Dia da Região Autónoma dos Açores” que se realizou na vila de Nordeste e que, comemorou, o presente ano, o seu 500.º aniversário;
- 5- Oferta da publicação “Ser Autarca, Missão e Desafios” da autoria do professor Doutor Sidónio Pardal.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Senhora Presidente questionou os membros presentes, se desejavam intervir, antes do período da ordem do dia.

Assim, usou da palavra o Deputado Municipal Rui Meneses, que congratulou a Junta de Freguesia de Santa Cruz, pela forma como decorreram as festividades de Santo António, cujas comemorações já faziam parte do património do concelho.

Acrescentou que, apesar da juventude do cargo da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, a mesma conseguiu garantir o brilhantismo daquelas festividades, obviamente com o apoio financeiro da Câmara Municipal, mas também com muito trabalho por parte daquela Junta de Freguesia.

Posteriormente, e face ao Acórdão do Tribunal Constitucional, que chumbou os cortes nas tabelas salariais dos funcionários da Administração Pública, constantes da Lei do Orçamento de Estado de 2014, questionou, se a Câmara Municipal iria processar os vencimentos dos trabalhadores, já em conformidade com o referido Acórdão e, em caso afirmativo, onde a autarquia iria obter aquele valor, porque de acordo com as declarações do senhor Presidente da Câmara Municipal aquelas verbas estariam afetas a projetos de empregabilidade. Sendo assim, teoricamente, a autarquia teria que reduzir o número de trabalhadores, ao abrigo dos referidos programas.

De seguida, referiu que, junto ao Campo de Jogos de Água de Pau, mais precisamente no lado esquerdo da via rápida, existiam umas barracas, que pela sua construção descaraterizam a zona. Referiu ter conhecimento de que as mesmas eram habitadas, pelo que sugeria que o Gabinete de Ação Social da Autarquia averiguasse a situação.

Por último, mencionou que na informação das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, presente naquela sessão, constava a homenagem ao Presidente da Câmara Municipal, pelo que, em sua opinião, não deveria constar daquele documento, dado tratar-se de uma atividade da Junta de Freguesia do Rosário e não da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara que, em nome da Câmara Municipal, e em substituição do Presidente da Autarquia, saudou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia de Santa Cruz, na pessoa da sua Presidente, os Deputados Municipais e público presente. Começou por referir que também participou nas festas de Santo António, congratulando-se, igualmente, pela forma como as mesmas decorrem, facto que ali já tinha sido evidenciado.

Seguidamente, destacou o discurso proferido pelo senhor Presidente da Câmara, aquando da sessão solene das referidas festas, no que dizia respeito a alguns projetos previstos para a freguesia de Santa Cruz, nomeadamente:

- Conclusão das obras do Edifício Polivalente de Santa Cruz, que era uma obra da Junta de Freguesia, financiada pela Câmara Municipal;
- Reabilitação do jardim do Convento dos Frades;
- Instalação do Museu do Presépio Açoriano no Convento dos Frades;
- Projeto de requalificação da Lagoa de Baixo;

De seguida, justificou a ausência do Senhor Presidente da Câmara, informando de que na sexta-feira, ao final do dia, tinha sido agendada pelo Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses uma reunião para discussão da proposta do Governo da República sobre o Fundo de Apoio Municipal, que estabelecia um financiamento quer por parte do Governo da República, quer por parte dos Municípios, para apoio às Autarquias que se encontravam numa situação financeira mais complexa. Assim, segundo aquela proposta, seriam cinco anos a contribuir com a transferência de verbas, atribuídas aos Municípios em dificuldade, de acordo com critérios a estabelecer. Para a Câmara Municipal de Lagoa seria preocupante arranjar cerca de 600.000,00€ para participar naquele fundo, pelo que, o Eng.º João Ponte fez questão de participar na reunião para tentar perceber e defender a posição do Município em relação àquela matéria.

Passando às questões colocadas pelo Deputado Municipal Rui Meneses, informou de que o Acórdão do Tribunal Constitucional não tinha sido uma decisão facultativa, pelo que tinham, obrigatoriamente, de cumprir. Era uma situação complexa, pois as verbas estavam comprometidas a projetos de empregabilidade e naquele momento não seria possível recuar, dado que já tinham sido celebrados os acordos de atividade ocupacional. Assim, a Autarquia encontrava-se a estudar uma alternativa para resolver a situação, ressaltando que aquele valor não tinha o mesmo impacto, comparativamente à remuneração complementar. Referiu, ainda, que tinha sido estudada a possibilidade do seu pagamento com efeitos retroativos, mas, face a questões fiscais, tal não seria possível.

Relativamente às barracas existentes junto ao Campo de Jogos de Água de Pau, informou de que nas mesmas não habitava ninguém, e que apenas serviam para guardar animais e sementes.

O Deputado Municipal Rui Meneses reconheceu que a Câmara Municipal nunca licenciaria aquele tipo de construção; no entanto, como as mesmas possuíam portas e janelas, dava a sensação de habitabilidade.

A Senhora Vice-Presidente deixou o compromisso de que a Câmara Municipal iria averiguar a situação, em concreto.

De seguida, usou da palavra a Deputada Municipal Helena Furtado, que manifestou o seu protesto relativamente ao horário de realização daquela sessão, pelo facto de ter coincido com o horário laboral da maioria das pessoas. Assim, solicitou que não ocorressem mais sessões naquele horário, pois levou a que alguns Deputados Municipais apresentassem justificação de falta, para não colocar em causa o seu emprego.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal mencionou que iria ter em consideração o protesto apresentado.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o seguinte voto de congratulação pelo 30.º aniversário da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual abaixo se transcreve:

“Desde a sua fundação, há 30 anos, que a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem assumido um papel relevante na promoção, defesa, dignificação e representação dos Municípios e Freguesias, junto do poder central, tanto mais decisivo quanto hoje, dada a conjuntura económico-social que vivemos, se reconhece a força do poder local, para melhorar o em estar dos cidadãos.

Ao longo destes 30 anos, a ANMP tem pautado seu comportamento pelo rigor, pela competência, pela transparência e pela frontalidade visível quer na realização de estudos e projetos sobre assuntos relativos ao poder local, quer nos pareceres emanados, ou nos comentários formulados acerca de matérias de atualidade política e de interesse nacional.

Sendo, portanto, a ANMP um marco inequívoco da nossa vivência democrática e um testemunho incontornável do serviço autárquico responsável, em prol das respetivas populações, pretende-se, neste momento particularmente festivo, deixar aqui um voto de congratulação por todo o trabalho desenvolvido e pelo empenho e dedicação demonstrados, sobretudo, no atual panorama português.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis, proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de congratulação como forma de homenagear a ANMP e os Municípios Portugueses, neste 30.º aniversário, saudando com orgulho o tempo histórico percorrido.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o voto apresentado, tendo sido deliberado, por unanimidade dos vinte membros presentes, aprovar o voto de congratulação pelo 30.º aniversário da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, a Vice-Presidente da Câmara Municipal informou todos os deputados municipais da atividade Camarária, de acordo com os documentos que lhes tinham sido, previamente, disponibilizados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014:

Pela Câmara Municipal foi presente a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, conforme proposta cujo teor abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 2.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Atendendo que os valores aprovados pela Comissão Europeia ficaram aquém da proposta, de reforço de verbas, proposta pela ASDEPR que informaram este Município existirem fortes expectativas em se conseguir aprovar o valor.

Face ao reduzido prazo para a concretização das candidaturas e das ações, a Câmara Municipal teve que proceder à Revisão do Orçamento mesmo antes da sua aprovação em Bruxelas, pelo que se propõe as seguintes anulações.

Atendendo ao novo Quadro Estratégico Europeu 2014-2020, propõe-se a o reforço das seguintes económicas.

Criação da Receita de Capital:

10030702 – Fundos Comunitários – 153.000,00€;

Anulação de Receita de Capital:

10030705 – IFAP (ASDEPR – Prorural) – 72.400,00€;

10030702 – Fundos Comunitários – 44.000,00€;

Reforços:

Despesas de Capital:

07010302 – Edifícios – Instalações Desportivas e Recreativas – 20.000,00€;

07010303 – Edifícios – Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária – 20.000,00€;

07010305 – Edifícios – Escolas – 30.000.00€;

07010307 – Outros – 40.000,00€

07030301 – Outras Construções e Infraestruturas – Viadutos, arruamentos e obras complementares – 70.000.00€.

Anulações:

Despesa de Capital:

07010602 – Material de transporte – Outro – 40.000,00€;

070107 – Equipamento de informática – 21.000,00€;

07010406 – Instalações Desportivas e Recreativas – 30.000,00€

07030301 - Outras Construções e Infraestruturas – Viadutos, arruamentos e obras complementares – 8.000.00€.

07010305 – Edifícios – Escolas – 44.400.00€;”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara, que referiu encontrar-se disponível para prestar os esclarecimentos necessários.

O Deputado Municipal Rui Meneses informou de que, atendendo a que a presente revisão orçamental previa o reforço de verbas de capital, que iriam, certamente, reverter para o desenvolvimento do concelho, o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata não iria votar contra o documento apresentado.

Foi pela Senhora Presidente da Assembleia posta à votação, a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade.

1.º Aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 109.000,00 (cento e nove mil euros) de receita de capital e 142.000,00€ (cento e quarenta e dois mil euros) de despesa capital, de acordo com o que preconiza a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362 de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar, em minuta, esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, que abaixo se transcreve:

“Considerando que as taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais e/ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares;

Considerando também que o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com os princípios da justa repartição dos encargos públicos, da proporcionalidade e da equivalência jurídica, não devendo ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular;

Considerando que deve existir uma relação de correspondência tendencial entre o custo dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas e as receitas cobradas pela sua prestação;

Proponho que seja atualizado a taxa prevista nos pontos n.ºs 4 e 5 do artigo 10.º da Tabela de Taxas e Licenças em vigor passando a constar os seguintes valores:

4. Painéis publicitários (OUTDOOR EXTERIOR) colocados em espaço público - Por metro quadrado/ano	141,84 €
5. Painéis publicitários (OUTDOOR EXTERIOR) colocados em espaço privado - Por metro quadrado/ano	69,32 €

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara, que referiu encontrar-se disponível para prestar os esclarecimentos necessários.

O Deputado Municipal Rui Meneses referiu que, ao analisar os valores propostos, os mesmos não lhe diziam muito, uma vez que desconhecia o que se encontrava previsto, anteriormente, na Tabela de Taxas e Licenças. Assim, questionou, se os valores tinham aumentado ou diminuído e, ainda, se seriam referentes à colocação de *outdoors* no exterior ou no interior.

A Senhora Vice-Presidente da Câmara esclareceu que se tratavam de valores referentes à afixação de *outdoors* no exterior. Relativamente ao valor informou de que aquela proposta apresentava valores mais baixos, comparativamente com os praticados até então, mas ressaltou que, aqueles valores sempre foram elevados e continuariam a ser, independentemente daquele ajuste, na medida em que procuravam que fossem desincentivadores para a afixação de publicidade (*outdoors*) no concelho, dado o impacto visual que os mesmos causavam.

De qualquer forma, o valor proposto introduzia alguma razoabilidade, para as empresas que trabalham naquela área.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

1.º Aprovar a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2013:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foi presente o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidados, nos termos do n.º 1 do artigo 75.º da Lei das Finanças Locais e da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, elaborado pela Sociedade Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara, que esclareceu que estavam em causa dois documentos distintos para fazer cumprir com a legislação em vigor sobre aquela matéria: um documento dizia respeito às contas consolidadas da Câmara Municipal e da Empresa Municipal de Lagoa, empresa que era participada em 100% pela Autarquia; o outro documento, correspondia às contas consolidadas da Câmara Municipal, Empresa Municipal de Lagoa, Portas da Lagoa SA e EIRSU, sendo aquela última participada em apenas 33,33%, e que resultava do disposto pela Portaria n.º 474/2101, de 1 de julho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 5 – OUTROS ASSUNTOS:

Não se observou nenhum assunto.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu, novamente, não só a disponibilidade da Junta de Freguesia de Santa Cruz em ter acolhido aquela sessão da Assembleia Municipal, bem como a presença dos membros daquele órgão e público.

Sem mais assuntos a tratar, sendo dezassete horas e quarenta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
